

Título: A Barragem do Maranhão: história e situação atual

Autora: Maria Antónia Pires de Almeida, Investigadora do CICP, Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

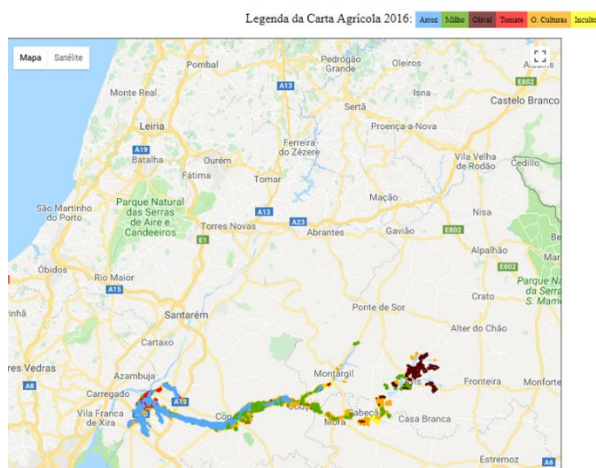
Revista Águia. Folha Informativa dos Amigos do Concelho de Avis – Associação Cultural, 64, 2023, pp. 14-15.

As obras de hidráulica-agrícola são projetos muitos antigos. Desde o século XVII que se escreve sobre a rega como uma das soluções para alimentar a população do país. Em 1888 iniciou-se a construção de uma barragem no concelho de Avis. Foram realizadas expropriações de terras, terraplanagens e construíram-se algumas casas, mas a obra foi suspensa em 1892. A construção da atual Barragem do Maranhão foi iniciada em 1952, inserida nos Planos de Fomento para irrigação do Alentejo e industrialização.

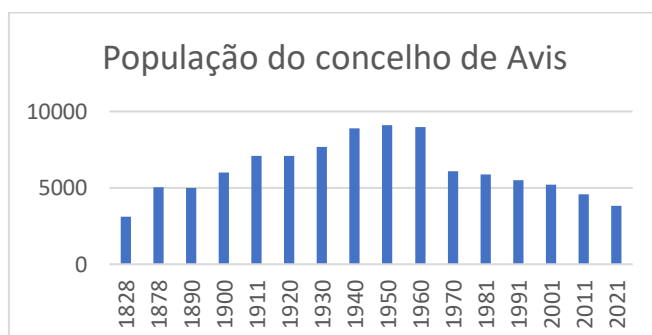
O presidente da câmara de Avis desde 1950, Dr. Heliodoro Lopes Chitas, farmacêutico, apoiou a obra, assim como o deputado do círculo de Portalegre, Dr. Jaime Joaquim Pimenta Presado, o qual, ao discursar na Assembleia Nacional em março de 1952, elogiou os planos de irrigação e da construção da barragem do Maranhão, descrevendo as melhorias que já se faziam sentir no concelho: “Na povoação e seus termos começa a sentir-se o efeito dessa grandiosa obra. Engenheiros e outros funcionários instalam-se, grandes tratores e máquinas percorrem as estradas, constrói-se uma estrada de acesso à barragem, fazem-se barracões e casas de habitação, empregam-se braços às centenas, resolve-se essa confrangedora crise do desemprego rural...”. Em março de 1953 o Ministro das Obras Públicas, Eng. José Frederico Ulrich visitou a obra. A inauguração oficial da Obra de Rega do Vale do Sorraia, no Maranhão, realizou-se no dia 23 de maio de 1959, com a presença do Presidente da República Américo Tomás, do Ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira e do Secretário de Estado da Agricultura Quartim Graça. A 20km de distância foi inaugurada no mesmo dia a Barragem de Montargil, que alimenta o mesmo sistema de regadio.

Por despachos do Ministro das Obras Públicas de 15 de setembro de 1959 e do Secretário de Estado da Agricultura de 30 de outubro de 1959 a barragem e a albufeira do Maranhão, com os edifícios e estaleiros, foram entregues à Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia (ARBVS), constituída pelos proprietários, usufrutuários, enfiteutas, fiduciários, arrendatários e parceiros dos terrenos beneficiados pelos aproveitamentos hidroagrícolas, o que se insere na estratégia seguida pelo Estado Novo para integração

das elites locais na governação dos territórios. As duas albufeiras – Maranhão e Montargil – ocupam na quota máxima cerca de 3.600ha e irrigam mais de 18.000ha de terras nos concelhos de Avis, Ponte de Sor, Mora, Coruche, Salvaterra de Magos e Benavente, ao longo de 124km. Durante mais de seis décadas a barragem forneceu energia elétrica à população e indústrias do concelho de Avis e irrigou olival, tomate, milho e arroz ao longo de 124km desde Avis até Vila Franca de Xira.



Com a construção da barragem rompeu-se o monopólio da oferta de postos de trabalho, quase exclusivamente na agricultura, o que favoreceu o poder contratual do trabalhador assalariado nestas zonas rurais. Se provisoriamente a população rural viu os seus salários aumentados, assistindo-se a uma diversificação da oferta de emprego com a instalação de duas fábricas (de transformação de tomate e leite), tal não impediu o êxodo que acabou por se verificar ao longo dos anos 60, com a atração das obras públicas nos arredores de Lisboa, e a respetiva oferta de melhores salários, emprego mais estável e acesso a níveis mais altos de ensino para os filhos. A Guerra Colonial também contribuiu para uma saída sem retorno às terras de origem, assim como a emigração para o estrangeiro (Almeida, 2010). Só nesta década o concelho de Avis perdeu 30% da sua população.



Atualmente, novos usos foram dados às propriedades rurais, incluindo o turismo. Novas estratégias de atração foram postas em prática pelas entidades locais, desde os municípios aos empresários, no sentido de promover o património paisagístico do concelho, do qual a barragem do Maranhão é uma peça fundamental para atividades desportivas como o remo, o *ski* náutico e os concursos de pesca, além do património gastronómico e ainda o megalítico.

Nos últimos anos, desde a seca crónica que se verifica desde 2017, a Albufeira do Maranhão já ficou vazia três vezes. O fenómeno coincidiu com a introdução do olival superintensivo em vastas áreas do concelho, desrespeitando as distâncias estabelecidas pelo Plano Diretor Municipal em relação à linha de água e às habitações, e até mesmo o património silvícola protegido. Além de esgotarem a água, estes olivais poluem o ambiente com químicos, tanto pelo ar como contaminando as terras. Usam mão de obra estrangeira, precária e ilegal, em nada contribuindo para a economia local.

Perante a expansão o olival superintensivo, que já atingia 2.604ha no concelho de Avis em 2020, o que corresponde a 4,3% da área total do concelho e 4,5% da sua área cultivável, a Câmara Municipal de Avis emitiu um comunicado solicitar a intervenção da Direção Regional da Agricultura, da Agência Portuguesa do Ambiente e da Administração da Região Hidrográfica do Tejo para que fossem tomadas as medidas necessárias com vista a retirar a área de olival plantado junto às margens da albufeira de forma a conseguir reverter a situação, assim como reivindicou a alteração da forma como se processa o licenciamento e a fiscalização da plantação de culturas intensivas e da monitorização da aplicação de pesticidas e fertilizantes. O argumento usado foi a profunda alteração da paisagem e o consumo de grandes quantidades de água desta reserva, além do facto de a agricultura em regime intensivo e utilizar pesticidas, antibióticos e fertilizantes para rentabilizar a sua produção. A aplicação destes produtos em áreas tão extensas nas proximidades da Albufeira do Maranhão levanta muitas dúvidas sobre a qualidade da água desta albufeira. Nada foi feito em resposta às solicitações do município.

A Albufeira do Maranhão passou a fazer parte do ecossistema do concelho e presta serviços culturais, lúdicos e de saúde, por isso a participação dos cidadãos e a posição do município sobre o seu uso deveria ser levada em conta.

Bibliografia:

Almeida, Maria Antónia Pires (2010). *Memórias Alentejanas do Século XX*. Cascais, Príncipeia.

Martins-Loução, Maria Amélia (2021), *Riscos Globais e Biodiversidade*, Lisboa, FFMS.